

PROJETO DE LEI nº 7429 de 2010

Altera a Lei nº 11.883, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica acrescido o artigo 2º ao texto da Lei nº 11.883, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público:

“Art. 2º Os membros do Ministério Público requisitados para auxiliarem a Presidência e a Corregedoria Nacional perceberão a diferença de subsídio correspondente ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.”

Art. 2º - Fica acrescido o parágrafo único no artigo 2º ao texto da Lei nº 11.883, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público:

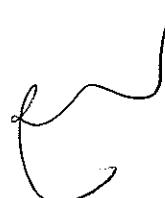
“Parágrafo único: Além da remuneração prevista neste artigo, os membros do Ministério Público requisitados receberão passagens e diárias, equivalentes às pagas a Procurador Regional da República, para atender aos deslocamentos em razão do serviço.”

Art. 3º. - As despesas resultantes da execução desta Lei correm à conta das dotações consignadas ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 4º - Ficam renumerados os demais artigos da Lei nº 11.883, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, reconhecendo os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2010.

Brasília, de de 2010.



## JUSTIFICATIVA:

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 08 dezembro de 2004, e iniciou suas atividades em 21 de junho 2005.

Ao CNMP compete o controle externo do Ministério Público, notadamente o monitoramento da atuação administrativa e financeira bem com o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros (art. 130-A, §2º, Constituição). É papel desempenhado pelo Conselho, além de garantir a autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, zelar pelos princípios constitucionais da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência relativamente aos atos administrativos e políticas públicas executados nos órgãos do Ministério Público brasileiro.

Em que pese ainda ser uma instituição em processo de estruturação, seu impacto social e o resultado de seus trabalhos já são mensuráveis. Observa-se um acréscimo de 32,9% no número de autuações de processos ao se comparar o ano de 2009 em relação período anterior. Este aumento de demanda gera um duplo efeito: i) a necessidade de fomentar novas inspeções e aprimorar o controle administrativo-disciplinar no Ministério Público da União e dos Estados e ii) a exigência de requisitar membros auxiliares para colaborarem com os trabalhos institucionais.

O art. 130-A, §3º, inciso III da Constituição prevê a possibilidade de requisição e designação de membros do Ministério Público para auxiliarem na consecução dos objetivos constitucionais do CNMP. Todavia, a Lei nº 11.883/2008, que dispõe sobre a remuneração dos Conselheiros olvidou a remuneração desses membros auxiliares.

A principal justificativa para o presente Projeto de Lei, portanto, é solver esta lacuna normativa de modo a permitir o pagamento da remuneração do membro auxiliar, bem como diárias e passagens conforme a necessidade de deslocamento. Atribui-se ao membro requisitado a mesma remuneração do Conselheiro, tendo em vista que o auxiliar exercerá atribuições e funções similares às dos Conselheiros. No mesmo passo, acrescenta-se o custeio de passagens e diárias para possibilitar a realização de inspeções nos Estados.

Insta pontuar que o valor estimado do aumento de despesa, para este exercício e os dois seguintes (art. 16, I, LCP 101/2000), é de aproximadamente de R\$ 3.509.300,00 (três milhões, quinhentos e nove mil e trezentos reais), ou seja, um acréscimo de 12,00% no orçamento global do Conselho, conforme demonstrado nas planilhas em anexo. A metodologia de cálculo utilizada optou

por mensurar o gasto máximo. Contudo, não necessariamente tal montante será efetivamente utilizado, pois i) dependerá da efetiva convocação do membro auxiliar e ii) a depender dos subsídios do membro auxiliar, será diminuta a complementação remuneratória ora proposta.

Por fim, cumpre informar que o Projeto de Lei 7560/2006 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trata de matéria similar com igual propositura de mérito.

Brasília, 26 de maio de 2010



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS  
Procurador-Geral da República  
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público